

Joaquim Manoel Guedes
Sobrinho

M

MONUMENTALIDADE X
COTIDIANO: A FUNÇÃO
PÚBLICA DA ARQUITETURA

RESUMO

Este artigo foi baseado na conferência realizada em Belo Horizonte, em 18/03/06, na qual o autor teceu considerações sobre arquitetura e nação: “*É arquitetura tudo o que concerne à construção.*” (ARGAN, c1992). O valor cultural e ético do objeto responde ao grau de atendimento à demanda, que se relaciona com o planeta Terra, aos recursos escassos e à sobrevivência das pessoas.

A arquitetura, o seu fazer e o seu ensino são analisados a partir do ato, a arte de construir, para atender às exigências sociais, ao público e ao privado, por meio dos processos históricos dos jogos de poder, no lugar e momento.

Reduz-se a arquitetura à essência para descobrir, em cada caso, as raízes de sua emergência e compreender a responsabilidade do arquiteto na nova sociedade de massas, ao ingressarmos neste “*novo período popular da História*” (SANTOS; SOUZA, c1998).

Sugere-se a seguinte seqüência de procedimentos como caminho de conhecimento e apoio ao livre desenvolvimento da invenção: 1) O dimensionamento preliminar do problema a resolver para a escolha e o conhecimento completo do lugar, tarefas do arquiteto, do cliente, da sociedade e do governo; 2) a identificação e compreensão do programa de edificações para o lugar; 3) estudo das atividades, fluxos, quantidade, qualidade e articulação de espaços que emanam dos desejos, em conflito, das pessoas, conciliados em necessidades sociais e traduzidos em programas de edificações, privados ou públicos; 4) análise gráfica dos subsistemas setoriais de espaços associados por afinidades, tendo em vista sua disposição e organização, no lugar; 5) trabalho da construção rigorosa da arquitetura, que é, finalmente, matéria e forma; Ressaltando-se: 6) a necessidade de ampliar a oferta de informações sobre os problemas localizados de arquitetura a resolver, de organizar a participação pontual e efetiva das pessoas na discussão nos projetos e obras de seu interesse, contrariamente às reuniões “assembleiais” e participativas; 7) a ampliação de oportunidades para que o maior número de arquitetos possa participar da construção do país, o que implica nova política de sua contratação pelo poder público.

Ao final são apresentados três projetos que ilustram a participação do arquiteto no fazer arquitetura no Brasil: 1) Plano Piloto de Brasília, 1957; 2) a cidade de Caraíba (Pilar), Jaguarari, BA, 1978; e 3) Projeto Bicocca, Milão, Itália, 1987.

PALAVRAS-CHAVE

Monumentalidade, cotidiano, nação.

MONUMENTALIDAD X COTIDIANO:
LA FUNCIÓN PÚBLICA DE LA
ARQUITECTURA

RESUMEN

Conferencia en Belo Horizonte, el 18/03/06. Consideraciones acerca de la arquitectura y la nación: “*Es arquitectura todo lo que se refiere a la construcción.*” (ARGAN, c1992). El valor cultural y ético del objeto corresponde al grado de atención a la demanda, que se relaciona con el planeta Terra, los recursos escasos y la supervivencia de la gente.

La arquitectura, su que hacer y su enseñanza son analizados a partir del acto, el arte de construir, para atender a los requisitos sociales, el público y el privado, por medio de los procesos históricos de los juegos de poder, en el lugar y el momento.

Se reduce la arquitectura a su esencia, para descubrir, en cada caso, las raíces de su emergencia y comprender la responsabilidad del arquitecto en la nueva sociedad de masas, cuando ingresamos a este “*nuevo período popular de la Historia*” (SANTOS; SOUZA, c1998).

Se sugiere la siguiente secuencia de procedimientos, como camino de conocimiento y apoyo al libre desarrollo de la invención: 1) La evaluación preliminar del problema que se debe resolver, para la elección y conocimiento completo del lugar, las tareas del arquitecto, del cliente, la sociedad y el gobierno; 2) la identificación y comprensión del programa de edificaciones para el lugar; 3) estudio de las actividades, de los flujos, de la cantidad, de la calidad y de la articulación de espacios que emanan de los deseos en conflicto de la gente, conciliados en necesidades sociales y traducidos en programas de edificaciones, privados o públicos; 4) análisis gráfico de los subsistemas sectoriales de los espacios asociados por las afinidades, considerando su disposición y organización, en el lugar; 5) trabajo de la construcción rigurosa de la Arquitectura, que es, finalmente, la materia y la forma. Resáltase: 6) la necesidad de ampliar la oferta de informaciones acerca de los problemas localizados por resolver de la arquitectura, de organizar la participación puntual y efectiva de las personas en la discusión, los proyectos y obras de su interés, contrariamente a las reuniones “*assemblearias*” y participativas; 7) la necesidad de ampliar las ocasiones para que un número más grande de arquitectos participe en la construcción del país, lo que implica una nueva política de su contratación por el poder público.

Al final se presentan tres proyectos que ilustran la participación del arquitecto en el que hacer de la arquitectura en Brasil: 1) Plan Piloto de Brasília, 1957; 2) la ciudad de Carafba, (Pilar), Jaguarari, en Bahia, 1978; y 3) Proyecto Bicocca, en Milano, Italia, 1987.

PALABRAS CLAVE

Monumentalidad, cotidiano, nación.

MONUMENTALITY VS. EVERYDAY LIFE: ARCHITECTURE'S PUBLIC ROLE

ABSTRACT

Conference held in Belo Horizonte, Minas Gerais, on March 18, 2006. Thoughts about architecture and the nation. "*Architecture is everything dealing with construction.*" (ARGAN, c. 1992). An object's cultural and ethical value is measured by how well it addresses demand, which in turn is related to the planet Earth, to scarce resources, and to people's survival.

Architecture, its craft, and its teaching are studied from the perspective of the act, which is the art of building, to meet social, public and private demands through historical processes of power games, at a given place and time.

Architecture is reduced to its essence to unveil the roots of its emergence and understand the architect's responsibilities in the new mass society, when we enter this "*new popular period in history*" (SANTOS; SOUZA, c1998).

We suggest the following sequence of procedures as a path of knowledge and to support the free development of invention: 1) Initially assess the prospective problem to choose and study the location and the tasks of the architect, the client, society, and government; 2) identify and understand building plans for that location; 3) study the activities, flows, quantity, quality and combination of spaces resulting from the conflicting yearnings of people, in line with social needs and translated into private and public building plans; 4) graphically analyze the sectorial subsystems of areas associated according to affinities, considering their arrangement and organization in the site; 5) work on the rigorous construction of architecture, which in final analysis is matter and form; It should be pointed out that it is necessary to: 6) expand the supply of information on specific architectural problems to be addressed, and to organize the actual and effective involvement of people in the discussion of projects and works of their interest, unlike assembly and participative meetings; 7) expand opportunities to allow a greater number of architects to take part in building the nation, which implies the government implementing new recruitment policies.

Three projects are presented to illustrate the involvement of architects in the architectural craft in Brazil: 1) Brasília's Pilot Plan, 1957; 2) the city of Caraíba, (Pillar), Jaguarari, Bahia, 1978; and 3) Bicocca project, in Milan, Italy, 1987.

KEY WORDS

Monumentality, everyday life, nation.

*“Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.”
Poema em linha reta
Fernando Pessoa/Álvaro de Campos*

Fiquei surpreso e tive séria dificuldade com o tema, imposto em mesa dos “Encontros M.D.C”¹, nome dado pelos organizadores a reuniões periódicas sobre a arquitetura brasileira nos últimos anos. Os “fazem-tudo”, nesse extraordinário acontecimento, são oito arquitetos de Belo Horizonte: Alexandre Brasil, André Luiz Prado, Bruno Santa Cecília, Carlos Alberto Maciel, Danilo Matoso Macedo, Fernando Maculan, Humberto Hermeto e Pedro Moraes. Estudam, procuram recursos e patrocínios, produzem abertos e generosos seminários, exposições e debates, visitam colegas e cidades em que se apresentam e pesquisam, publicam revistas impressas e virtuais, congridam resultados. Acabam de lançar um primeiro livro sobre Éolo Maia, por Bruno Santa Cecília.

Gostaria muito de aderir ao “movimento”. Mas temo atrapalhá-lo com minha argumentação obsessiva, que me faz bem e mal. Não que eu aceite me chamarem de polêmico. Discuto por amizade e prazer. Espero que sem arrogância, e sem certezas. Neutro, não fosse a emoção de pensar. Brigo comigo mesmo, à procura de expressar o que vislumbro e desejo, em conversas com colegas mais próximos, parceiros de angústias sobre nossa arte e missão.

Admiro seu trabalho. Penso que nós, arquitetos, precisamos compreendê-lo, acompanhá-lo, apoiá-lo e ampliá-lo, não apenas no Brasil, mas em diálogo com outras economias e culturas. Sem o ufanismo do passado, mas para partilhar conhecimento e somar esforços para crescermos mais e melhor como nação.

Meu entusiasmo se justifica. Com perto de 200 escolas de arquitetura dispersas e desorientadas por todo o país, estamos a assistir ao primeiro grande movimento nacional de estudos e avaliação do fazer e do ensino.

O problema é maior. O ensino vai muito mal em todas as regiões do Brasil e em todas as áreas do conhecimento. Urge mudá-lo para formar e capacitar as massas afluentes a assumirem os lugares que procuram no ambiente contemporâneo em gestação. Trata-se de um movimento histórico de ocupação de espaços e comandos, início de uma nova era urbana, fenômenos e valores que inerem ao tempo, em novos paradigmas de organização material, social e política.

A arquitetura é central neste momento de nossa civilização, enquanto arte constrói todos os espaços sociais integrados em escala local, regional e mundial. Por isso, precisamos trabalhar com seriedade e modéstia. Não podemos imaginar que somos seres eleitos pelos deuses para distribuir nefelibatas, idéias “geniais” de nossas “cacholas” ao “povo”. Nossa missão é inventar o ambiente novo para a nova sociedade em todos os dias e lugares. A beleza será consequência, inexorável ao processo, é o que virá, a galope e por acréscimo.

Estamos vivendo um momento revolucionário desencadeado pelos grandes números, enunciado pela primeira vez por Ortega y Gasset², em 1929, ano da grande crise econômica mundial.

Há uma grande insegurança. O mundo está em pânico.

Nesse contexto vejo este meu ensaio como um experimento cognitivo, sujeito a dúvidas. As idéias surgem frágeis e desafiam sua comprovação. Estaremos a

(1) M.D.C. vem de idéia do arquiteto Affonso Eduardo Reidy, à procura de um Mínimo Denominador Comum para identificar e caracterizar as melhores e autênticas representações da arquitetura moderna brasileira, em depoimento ao arquiteto Alfredo Brito e ao então jornalista Ferreira Goulart para o Inquérito Nacional de Arquitetura, *Jornal do Brasil*, década de 1960. Fonte: Documentos preparatórios dos “Encontros M.D.C”.

(2) ORTEGA Y GASSET, José. La Rebelión de las Masas, *Revista do Occidente*, Madri, 1929.

trabalhar conjuntos de juízos instáveis. No afã do debate poderei parecer assertivo, mas estarei afirmando como quem pergunta. A dúvida e o erro são, para mim, sagrados. Mas não se constroem. Discordem, enquanto puderem, das idéias que lhes pareçam ditas como verdades. E que o façam por método para chegar à verdade e aceitaremos nossos erros como “*passos na direção do mais belo*”³. Ficaremos felizes por termos participado e contribuído ao maior conhecimento da arquitetura e ao aprimoramento de nossa prática. Copio aqui Michel Foucault, ao iniciar uma série interrompida de conferências na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1973, intitulada “A verdade e as formas jurídicas”, que me comoveu e foi de grande valia na ocasião. Trabalhei-as em classe, com meus alunos de planejamento, durante anos.

Retomo o tema e textos dos “Encontros M.D.C.” realizados em Belo Horizonte, em 18 de maio de 2006. Ao lê-los, fui imediatamente tomado pela palavra “movimento”. Uma imagem fortíssima. Veio-me densa, movimento primal, “origem do mundo”, insubmisso desejo. Lembrei-me do professor Jacob Gorender, em curso de filosofia nos anos 60: “*Ser é matéria, matéria é ser e os atributos fundamentais da matéria são a contradição e o movimento.*” Impacto inesquecível, afirmação marxista premonitória, logo depois “cientificamente confirmada” pela equação $E = m \cdot c^2$ – energia é massa multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz. Hoje, podemos interromper a luz e transformá-la em matéria. Banal.

Glória, o movimento é o início que antecede à origem, é energia, matéria, ação, libido, reprodução e transformação sobre a Terra, inteligência, conhecimento, vida⁴.

Raramente a arquitetura sugere “movimento”. Às vezes acontece, mas, em sentido figurado, metáfora, dinâmica gráfico-compositiva, superficial, que não a mostram por dentro. Outras vezes, lembra o óbvio: o trânsito, fluxos materiais e imateriais, insumos do urbano, técnicas que não são, propriamente, sua natureza construída, forma e espaços humanos. Nesse instante percebo milhares de jovens arquitetos parceiros, interessados na invenção da arquitetura em ser. *Sainte Matière*, Teilhard de Chardin, poema, salve.

Penso que os temas mais incômodos, lançados em seminários e congressos, garimpados intensa e honestamente no calor da organização, sempre acertam. São frutos verdes de racionalidade inalcançada que flutuam à procura da verdade diferida, revelação reservada aos convidados. Gentileza, para ajudá-los, ou maldade, inveja, na assimetria das posições? À primeira leitura parecem estranhos e pretensiosos. Não sabemos como pegá-los. Depois, explodem, crescem e iluminam inúmeros sentidos. Brilham. Como vimos no XX Congresso da União Internacional de Arquitetos, em Berlim, 2003. Era radical, cilada: “recurso arquitetura”. Ao final revelam-se um instigante suporte à reflexão e ao entendimento em todas as línguas.

Assim, foi um prazer perscrutar os possíveis significados da associação das expressões “monumentalidade, cotidiano” e “a função pública da arquitetura”.

Habitualmente, esses termos coexistem neutros. Porém, aqui, “MONUMENTALIDADE X COTIDIANO”, isto é, *versus* e contrapostos, caixa alta em meio de frase, não são mera ocasionalidade gráfica. Instauram um forte confronto entre os conceitos, que aperfeiçoa o tema, em certo questionamento. Na segunda parte leio, finalmente, dois pontos, isto é, conclusão...: “A função pública

(3) VALÉRY, Paul. *Eupalinos ou o arquiteto*. São Paulo, Editora 34, 1999 e 2006: “*Sócrates ameaçando, Cometeri muitos erros (ao fazer arquitetura), construções cairão...*”

(4) CHARDIN, Pierre Teilhard de. *Le phénomène humain*, Paris, Editions du Seuil, 1955.

da arquitetura”, como um arremate conciliador... que os paulistas veriam, com todo o respeito, como virtude tipicamente mineira. A preposição “da” atropela e transforma a função pública em algo inerente à natureza da arquitetura, o que é incorreto, a meu ver. Que bom seria. Estaríamos salvos. Arquitetura pública seria um pleonasma. Não haveria problema, nem conflito: nem tão gloriosa monumentalidade, nem tão miserável cotidiano, se formos... re-publica-nos.

Monumentalidade aponta, sobretudo, para obras artísticas de grandes dimensões. À parte os protomonumentos exploratórios em aço, as primeiras estruturas em Chicago e Nova York, o Cristal Palace e a Tour Eiffel, século 19 ainda, ela não ocorre na fase heróica inicial do movimento moderno, mais preocupado com o social. Surge, de fato, mais tarde, no encontro da arquitetura moderna, já então em evidência e prestigiada, em namoro com as ditaduras, na primeira metade do século 20. Mussolini, Hitler, Stalin e... Getúlio e seus conselheiros foram cortejados por nossos mestres,... em ansiosa e deslumbrada promiscuidade. Gropius, com seu “espaço vital” para classe operária alemã dos anos 30 e seus inventos salvadores à Deutsche Werkbund, exilou-se, em tempo, na América. Os demiurgos sempre sonharam com ditadores ou governos fortes, capazes de impor suas idéias a não importa quais sociedades. Le Corbusier vinha de grandes esforços por Moscou e Roma, chega ao Rio de Janeiro. No Brasil a arquitetura moderna foi parida no colo da ditadura, com ele e seus jovens ajudantes parceiros, desde o início desenvolta, monumental e um tanto ingênua, mas sabida, discursos ao vento, negócios, como Deus é servido, ao poder e aos amigos⁵.

Portanto, o monumental vai revelar-se mais do que uma santa opção pelo tamanho grande. Vai ser celebração auto-referente do vencedor, de governos e igrejas parceiras em obras de arte e avenidas, sedes de governo, catedrais, palácios e mansões, evidentemente, sempre com dinheiro público, explícito, ou sonogado, que, insuficiente, fará falta aos investimentos sociais. Na Itália dos anos 60 e 70, chegaram a propor-nos uma volta histórica ao espaço urbano do século 19, leiam e vejam Aldo Rossi e Vítório Gregotti, na verdade, uma volta ao desenho fascista gravado em nossas retinas, e queríamos esquecer. Salvos, nas alturas, Mies van der Rohe e Alvar Aalto e Angelo Mangiarotti⁶. Na Alemanha dos anos 90, as normas para reconstrução de Berlim, traçadas pelo Parlamento, pasmem, estabeleciam diretrizes para a construção de edifícios limitados em altura, para recuperar o “notável espaço urbano europeu que a América jamais entendeu”. Edifícios altos e alta densidade que nos ensinaram, passaram a ser considerados coisas de metrópole subdesenvolvida e inculta, salvo... as ricas exceções precursoras e bem-sucedidas dos EUA; por isso, confirmadoras da regra. O vezo autoritário congênito foi longe: no mínimo 20% da área total central construída são, obrigatoriamente, destinados à habitação.

A verdade que escapou e confundiu os formuladores de nosso “tema” é: ele é, essencialmente, político. Livraram-nos, habilmente, de mirá-lo, tomando o adjetivo público como se fosse sinônimo perfeito de político. Longe disso, eles são, conceitualmente, indiferentes e enganam-nos. Não se superpõem, a não ser que política seja, de verdade, “a arte de bem governar os povos”, constante no dicionário como um terceiro corolário metafórico dos conceitos principais, antecedentes, complacentes acolhedores de falcatruas. Do *Aurélio*, os significados

(5) Os pesquisadores encontrarão referências a esses fatos.

(6) Seus muitos livros (ver bibliografia), tão inutilmente ignorados na Itália, não impediram que publicação alemã sobre arquitetura italiana nos anos 90, a dar-lhe enorme destaque ao ser traduzida e publicada na Itália pela Electra, com mesmos autores, fotos e diagramação, teve as páginas do grande mestre Angelo Mangiarotti, simplesmente, suprimidas. Para melhor lhe compreender o pensamento e seus finos conceitos construtivos, relato este fato ao qual assisti: estando em seu escritório, em Milão, ouvi-o atender ao convite insistente para participar de mesa e debate com Louis Kahn. Agradeceu, negou-se a participar e, ao fim, explicou: “*não vou porque Kahn é fascista, recuso-me a debater com um fascista.*” Conhecendo as duas arquiteturas, compreendemos imediatamente o porquê de sua recusa.

diretos de política conduzem, pela ordem, aos conceitos de “Estado, ação governamental, regulação de negócios econômicos, proselitismo partidário...” Em alto e bom som: público é o que pertence ao povo, para quem e em nome de quem a política seria exercida. “... a arte e a virtude do bem comum”, como agradava citar o governador Montoro, mas não está no dicionário. No cotidiano dos jornais a política é suja. Ficamos entre gracejos do tipo “errar é humano” e a esperança do retorno dos bilhões roubados, para serem investidos em infraestrutura e projetos sociais, com os poderes da República saneados e os políticos rastaquêras e os criminosos na cadeia, no que ninguém acredita⁷. Tristes e indignados, haveria controvérsias e inabilidades de tal porte em nossos discursos, que dificilmente teríamos consensos e chegaríamos a tempo de falar sobre arquitetura, que nos traz aqui.

Voltemos, pois, à raiz do tema, com algumas observações, como se estivéssemos em uma simples conversa. Evoco alguns pensamentos muito simplificados e incompletos e, creiam-me, despreziosas considerações em que me apoio ao fazer arquitetura, dando-me algum alento e segurança diante de meus alunos:

1 – “Certos povos perdem-se em seus pensamentos; mas para nós, gregos, todas as coisas são formas... Retemos apenas suas relações; (...) templos de sabedoria e ciência, que podem bastar a todos os seres razoáveis. Esta grande arte requer uma linguagem admiravelmente exata. O próprio nome que a designa é também, entre nós, o nome da razão e do cálculo.”⁸ Refere-se ao Sócrates de Valéry, quando se assume “construtor”, no meio do *Eupalinos*, acompanha-me desde os anos 50, e deu-me paz. Aos poucos aprendi que forma é matéria, que nos ensina a dominá-la e usá-la para... e senti mais paz.

2 – Nós, arquitetos, estamos condenados ao prazer de pensar e repensar a forma e sua invenção, isto é, o processo de sua emersão a cada novo projeto. Fenomenologicamente. Idéia fixa desde a faculdade; depois, obsessão ascensional, resultou em minhas teses, pela USP, de doutorado em 1972⁹ e de livre-docência em 1982¹⁰, coisas do passado, obsessão permanente.

Cito Valéry, a propósito de matéria indefinível encontrada à beira-mar sobre a arte, produto da mente, e sobre o trabalho do tempo: “*Quem dos séculos dispõe, muda o que quer naquilo que quer*”, mas, em arte, “*é como se os atos, iluminados pelo pensamento, abreviassem o curso da natureza; e pode-se dizer, com toda a segurança, que um artista vale mil séculos, ou cem mil, ou muito mais.*”¹¹

3 – Por isso lembro, à exaustão, como apoio e descanso, um dos notáveis juízos de Giulio Carlo Argan. Aluno de Lionello Venturi, ambos grandes professores de história da arte do século 20, foi membro atuante do Partido Comunista italiano, fato significativo naquele momento, na Itália ferida pelo fascismo. Democrata exemplar, duas vezes eleito prefeito de Roma, o que o respalda como intelectual responsável, de exemplar coragem em seu tempo e íntegro, ao viver, tão intensamente, a cidade contemporânea na história.

Ei-la, lapidar: “*É Arquitetura tudo o que concerne à construção e é com as técnicas da construção que se institui, e organiza, em seu ser e em seu devir, a entidade social e política que é a cidade.*”¹²

Ele vê a cidade como fato, como movimento. Essa frase emociona: é um soco no estômago, pela evidência e simplicidade. Ele nos diz, corajosamente, que tudo

(7) Referência aos fatos por ocasião das eleições gerais, no Brasil, em 2005 e 2006. Corrupção ampliada sistêmica e impune. No Brasil, o impune não deve nada. Na Itália é gravíssimo, quer dizer, “soltaram você!... devia estar na cadeia”.

(8) GUEDES, Joaquim. Geometria habitada, prefácio, in VALÉRY, Paul. *Eupalinos ou o arquiteto*. São Paulo, Editora 34, 1999.

(9) Idem. *Considerações sobre planejamento urbano, a propósito do Plano de Ação Imediata de Porto Velho*, FAUUSP, 1972.

(10) Idem. *Um projeto e seus caminhos*. São Paulo, FAUUSP, 1982.

(11) VALÉRY, Paul, op. cit.

é construção e construção é tudo. Ela cria vida social, que não seria possível de outra forma, sem ela. Não há civilização sem construção. É inevitável compará-la à outra, muito usada entre nós, de mestre Lucio Costa, “*Arquitetura é construção com intenção...*”, que parecia elitista, não dava conta do conceito e colocava a arquitetura como dependente subjetiva de uma certa elevada intenção – plástica ou estética. Foi muito difícil analisá-las em sala de aula. Em São Paulo, não passava. É Lina Bardi quem, em 1951, no número 1 da revista *Habitat*, a primeira grande homenagem a Artigas, então com 34 anos, reúne pela primeira vez, entre nós, de igual para igual, o popular e o erudito, e mais, como só Lina e Bruno Zevi, em sua revista, sabiam ver o popular como exemplar.

4 – Encanta-me o rigor axiológico do professor Miguel Reale quando diz que, na crise dos modelos e ideologias do século 20, remanesce a pessoa humana como “*valor fonte de todos os demais valores*”, como “*a liberdade, a igualdade (isonomia), a justiça, o bem comum, a privacidade. Assinalam progressivas conquistas da ética*”, como a democracia, e o mais recente, a ecologia. “*A ecologia e seus riscos*”¹³, para acesso a toda a beleza do texto.

5 – Em arte não há censura. Mas a arquitetura, a maior das artes, é a “*Arte de Construir para atender aos desejos das pessoas enquanto cria linguagens e significados novos*”¹⁴. Para mim, há anos, a expressão é desejo das pessoas. O único ponto de partida possível é o desejo das pessoas, que se socializa ao se comunicar (FERRARA, 2006). Programas de Necessidades de Projeto são, na origem, desejos conflitantes conciliados em luta por recursos para se transformarem em programas e projetos políticos e, finalmente, cidade real. “*Ora, de todos os atos, o mais completo é o de construir. Uma obra exige amor, meditação, obediência ao teu mais belo pensamento, invenção de leis pela tua alma, e muitas outras coisas que ela arranca maravilhosamente de ti e que não suspeitavas possuir.*”¹⁵ É assim que a arquitetura inventa linguagens e significados novos e produz cultura. Ela trabalha com estruturas de reprodução da vida social feita de contrastes, desigualdades e injustiças que mobilizam nações em guerras e exercem forte pressão por projetos ambientais inteiramente novos, formas próprias de apoio, expressivas das transformações, em amplitude internacional.

6 – Só existiremos e cresceremos como arquitetos, se realizarmos, durante nossas vidas, muitos projetos de arquitetura e acompanharmos suas obras, levadas efetivamente à construção. Desenhos não bastam. Sem obras não somos nada. Os projetos de arquitetura para obras públicas devem ser, obrigatoriamente, licitados em processos públicos, transparentes, adequados, justos e independentemente das obras, para que todos os arquitetos habilitados e interessados possam pleiteá-los.

As obras públicas devem também ser licitadas em concorrências públicas, baseadas em projetos de arquitetura previamente feitos e posteriormente construídos sob fiscalização de seus autores. As construtoras não podem fazer projetos de arquitetura, partes de projetos de arquitetos, ou projetos executivos, nem alterar detalhes e especificações dos arquitetos, contrárias à legislação federal de direitos de autor, práticas escusas, indefensáveis, incompatíveis com os interesses das pessoas, da arquitetura e da sociedade democrática, caminho aberto à destruição da cidade como ambiente de arte e cultura.

Decorre, como pauta prioritária do IAB, ampliar as possibilidades de acesso do maior número possível de arquitetos ao mercado de projetos de arquitetura para o

(12) ARGAN, Giulio Carlo. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

(13) REALE, Miguel. *O Estado de São Paulo*, 23/06/01.

(14) Ementa das disciplinas de projeto de edificações e arquitetura, Projetos Urbanos, 1982 e seguintes.

(15) VALÉRY, Paul, op. cit.

Estado e tudo fazer para que sejam aperfeiçoados e restabelecidos, urgentemente, critérios transparentes de seleção por mérito, ampla e equânime distribuição dos projetos a contratar, combatendo todas as formas de atravessamentos, e privilégios, sobretudo, a utilização maliciosa de fundações e institutos ligados a universidades e partidos políticos. Precisamos derrubar reservas de mercado em Brasília, em São Paulo, em Curitiba e em todos os lugares, inclusive de antigos ganhadores de concursos que se julgam intocáveis, órfãos de arquitetos mortos, a passarem de humildes colaboradores a herdeiros vitalícios e universais das artes e saber do mestre, que faturam com inacreditável habilidade: falsidade ideológica, uma espécie de estelionato profissional e ético, na medida em que são usados como argumento para dispensá-los da obrigação legal de concorrência, dispensa jamais servida ao mestre. É preciso combater, ainda, os arquitetos, em função administrativa ou cargos de confiança públicos, que se adjudicam os projetos mais importantes, assim, subtraídos à classe. Essas práticas constituem uma agressão aos direitos de todos os arquitetos, é vitória dos bárbaros, uma verdadeira afronta à democracia, e destroem o acesso livre e democrático aos projetos do Estado. Mais grave é produzir arquitetura irresponsável, é má arquitetura com fortes conseqüências negativas à cultura, ao ambiente construído e ao atendimento às necessidades sociais. Disse Malraux, no final dos anos 60: *“Para melhorar a Arquitetura Francesa é preciso mudar a maneira de contratar os arquitetos.”* Os governos, ao serem renovados, têm o dever de verificar, a cada passo, e com maior razão do que qualquer cliente privado, a utilidade e interesse público dos projetos em curso, respeitadas as leis n. 8.666 e 9.610/1998 e, então, continuá-los ou renová-los.

7 – Precisamos pressionar todas as instâncias do poder para que promovam programas de projetos com a mais ampla e cientificamente organizada participação das pessoas, cujas prerrogativas se transformem em desejos conciliados, em seguida, em programas de necessidades sociais para projetos de arquitetura, e, finalmente, serem inscritos nos orçamentos públicos como demanda política e construídos.

Curto comentário final: sobre a expressão “M.D.C.”, da entrevista de Reidy, sem mais informação do que capto daquele texto, preciso, não obstante, esboçar um comentário: não é razoável nos atermos a quaisquer fragmentos visíveis do passado como ponto de partida para fixação de identidade presente, caminhos ou continuidades para nossa arquitetura. Como na transmissão dos caracteres dos seres vivos, e não por acaso, aqui, também, os genes são invisíveis. O ambiente construído de qualidade emerge da qualidade com que sejam trabalhados os desejos das pessoas e a vida cotidiana, que inventam com construção rigorosa seu espaço, sobre o território multiforme, extremamente complexo e diversificado do país, a produzir ricas e verdadeiras novas linguagens e cultura, expressivas deste *“novo período popular da história”* (SANTOS; SOUZA, c1998). Precisamos vivê-los e conhecê-los, para encontrarmos nosso lugar e papel na construção do Estado, atentos e abertos ao que está sendo gestado em liberdade sábia e entrópica pela sociedade, além da visibilidade óbvia. Nada parecido com formalismo fácil, passadista, equivocado e sem vida.

Escolhi, para ilustrar minha sobrevivência nessa trama que descrevo e envolve o exercício da arquitetura no Brasil, algumas imagens e pequeno comentário sobre o Plano Piloto de Brasília, de 1957, e sobre o projeto para a cidade nova de

Caraíba, hoje Pilar, no município de Jaguarari, BA, de 1978. Ambos concebidos sob conceito de diagramas, lineares ou planos, fato do qual só vim a ter maior consciência em 1985 e, depois, em 1999. Um terceiro projeto é o Progetto Bicocca, em Milão, concurso fechado, internacional, para oito arquitetos italianos e doze estrangeiros. Diagrama quadridimensional, em bloco. Os projetos são:

1 – Plano Piloto de Brasília, 1957. Concurso Nacional Aberto

Projeto: Liliana Guedes, Domingos T. de Azevedo Neto, Carlos Milan e Joaquim Guedes, arquitetos e equipe

Participação especial: Candido Mendes de Almeida

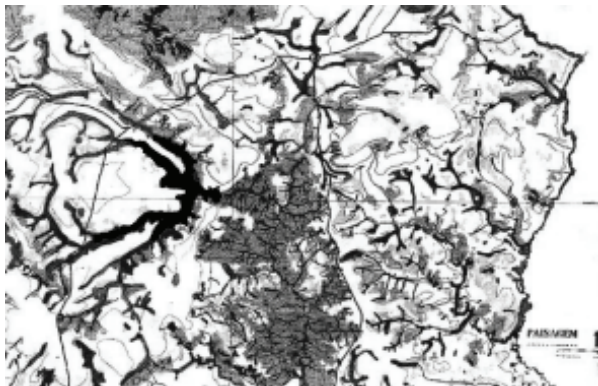
O Brasil tinha aproximadamente 60 milhões de habitantes e a população urbana acabava de superar a população rural, isto é, inaugurava sua história de nação industrial, urbana e moderna. Constituímos uma equipe multidisciplinar, desconfiada, e passamos ao estudo da massa de análises do completíssimo Relatório Belcher, que abrangia ampla região escolhida, para a implantação de Brasília, a nova capital do país. Côncios de toda a grandeza do momento e responsabilidade que assumíamos, iniciamos nossa investigação e reflexão sobre a cidade e a sociedade humana na história, à procura de compreender o que seria inventar a “figura urbana”, como dizíamos, para a futura capital de um país do Novo Mundo, à altura e expressiva dele, com sua índole, natureza, com a cara de um Brasil em esperada e audaciosa ascensão. O que fazer? O edital estabelecia que a cidade seria exclusivamente administrativa e limitada a 500.000 pessoas. Logo verificamos que essa seria, provavelmente, a população inicial da cidade, uma vez instalada, com funcionários federais e seu séquito de serviços e apoio incontroláveis, abrindo caminhos e estruturas espaciais e fluxos inimagináveis. Isolada no Planalto Central, dificilmente respeitaria os arbitrários limites impostos. Sua população triplicaria ao acompanhar o crescimento do país nos 30 ou 40 anos seguintes. A teoria urbana “oficial” estabelecia cidades pequenas para que conservassem as virtudes “humanas”. Isso considerávamos inaceitável, medieval. Porém, ao experimentarmos modelos e processos de assentamento naquelas condições, optamos por pares de módulos de 30 mil pessoas, compatíveis com as necessidades de um assentamento dimensionado em função de fração de crianças de 0 a 6 anos, adolescentes até 14 anos e suas distâncias ótimas de deslocamento, para as diversas idades, das creches ao fundamental, com estação de metrô a cada quilômetro, no centro do retângulo de 1.000 m x 1.200 m (600 m de cada lado do eixo de vias expressas); subcentros diversificados, à densidade de 500 hab./ha, AR = 15.000 m², la = 1,5, e AO = 1000 m²/ha, lo = 10%, liberando 90% da gleba para atividades educacionais e familiares em meio a um parque.

Pensávamos estar no momento histórico e lugar propícios para a descoberta da melhor genealogia para uma cidade mais humana, cidade vertical e moderna, sem medo, ao vislumbrar um desenho de máxima eficiência, pela concentração de usos, redução de distâncias e tempos, pela otimização de tecnologias viabilizadas por altas densidades planejadas com razão sensível, para aproveitar todas as oportunidades e virtudes da aglomeração, provavelmente inevitável.

Acima desse corte, todo o restante dessa população, considerada adulta, conviveria em um grande complexo e completo Pólo Metropolitano de Atividades

Centrais, contendo toda a Administração Federal, o Distrito Central de Cultura, Comércio e Serviços, com hotéis, museus, bibliotecas, residências oficiais, universidades, escolas e amplas áreas de esporte e lazer no litoral sul. Tudo em torno a um Parque Central de 19 km². Destaque para o transporte rápido de massa em nível ou semi-enterrado, nas estações, elevado na área central, ladeado por vias expressas curvas, conformado ao lago Paranoá. Seriam diretrizes para a saga do fazer dos agentes produtores dos espaços sociais e públicos de tipo novo, dos novos sistemas de transporte e da nova rua Ocidental que, provavelmente, surgirá. Esses projetos seriam deixados para uma segunda etapa, limitando-nos, na ocasião, a sugerir, como referências, as propostas de A. & P. Smithson, do Team X e da Unidade de Habitação de Marselha, de Le Corbusier. Afirmamos, com medo, que “a cidade é um organismo vivo” e propúnhamos que o centro único pudesse crescer com a cidade, sem que ele pudesse ser sufocado pela periferia, devendo prevalecer à imagem da estrutura vertebral de uma criança que cresce, por natureza e necessidade, à vontade e sustenta o corpo. Não se pode impor-lhe limites ao crescer, se “ela precisa e quer”. Não temos “razão” e não conseguiremos fazê-lo, como mostra a História. Com o progresso técnico, o lago seria transposto, no futuro, por sistemas e equipamentos velozes e eficientes, e o crescimento do outro lado do lago comportaria uma expansão gráfica ilimitada. Em 1965 chega ao Brasil o livro revolucionário de Jane Jacobs, *Morte e vida das grandes cidades americanas*, editado em 1961, com frase idêntica, mas propondo uma volta romântica a unidades sociais e geográficas controladas, limitadas, como vilarejos, e integradas, o que nos parecia inadequado, como sugeríamos, a partir do que se conhecia como o fracasso das “unidades de vizinhança” e soluções semelhantes, largamente experimentadas no pós-guerra, a partir de 1945.

Créditos: Fotos de José Moscardi, arquivo do autor



Paisagem. Uso do solo
A infra-estrutura histórica
Estrutura física
Fundos de vales, cobertura vegetal

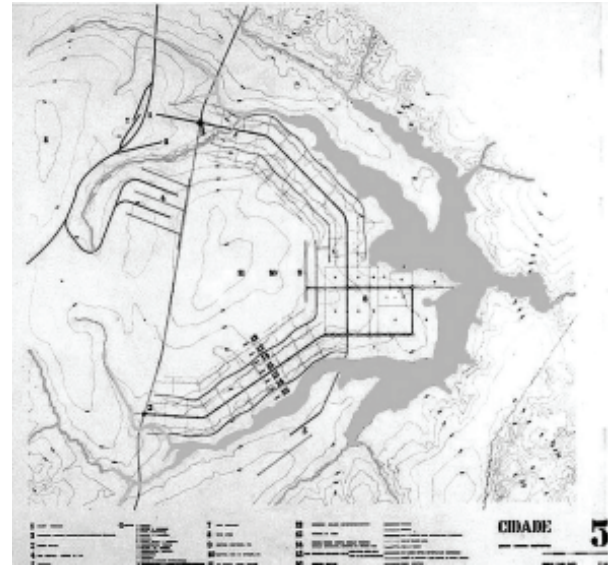


Brasília – Plano Piloto
Apresentação geral
1956 – Carta solar – Clima
Classificação do sistema viário
Chave para leitura – Legendas
Equipe principal



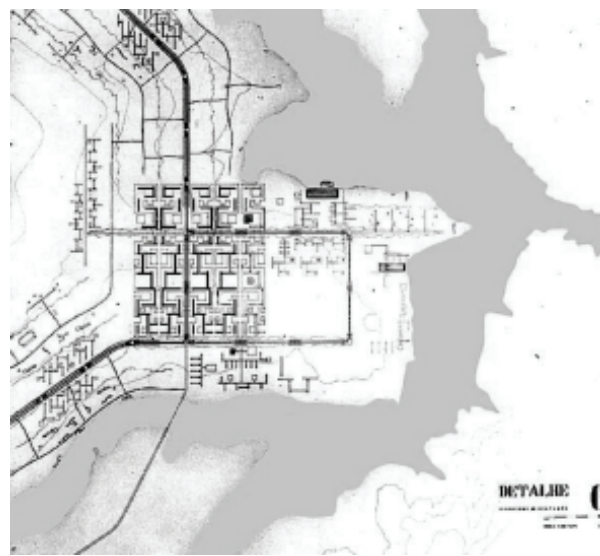
DUAS ESCALAS - UMA PARA O ADULTO, OUTRA PARA A CRIANÇA

Discussão
 Terra geral de aglomeração
 Conceito de vias expressas, pólos de serviços locais e estação do metrô
 Princípios de organização socioespacial

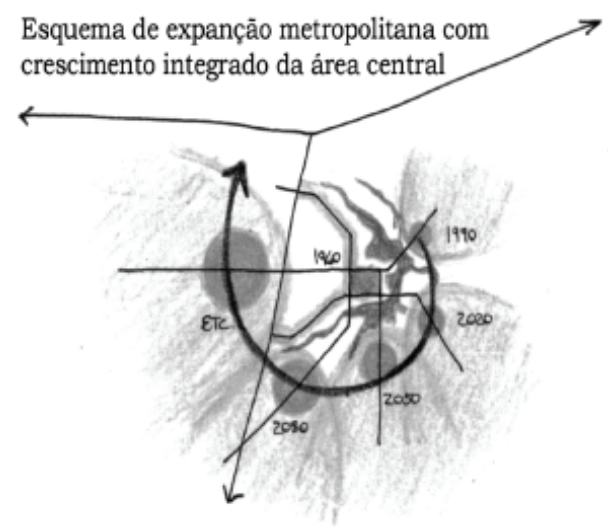


A cidade
 Estrutura urbana
 Vias expressas, alta densidade, metrô semi-enterrado, setores de 60.000 habitantes, elevado na área central
 Vias de trânsito lento, baixa densidade, lazer
 Uso do solo
 Lazer de campo/Água

pós-
037



Detalhe da área central
 Uso do solo
 Parque central
 Metrô elevado
 Sentido horário: serviços/administração/esporte metropolitano/
 universidades/cultura/lazer central

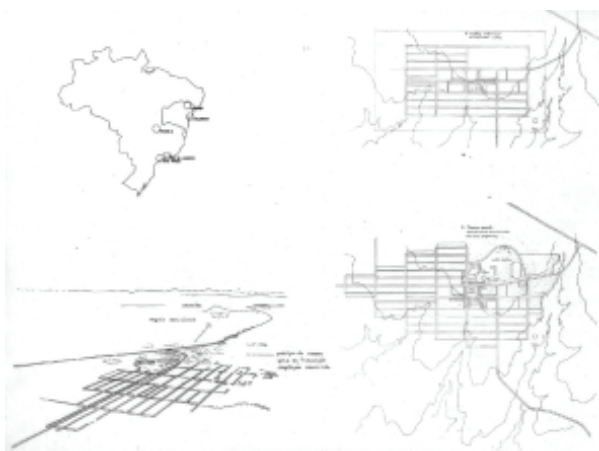


Expansão gráfica metropolitana - Conceito

2 – A cidade de Caraíba (Pilar), Jaguarari, BA, 1978

Projeto: Joaquim Guedes e equipe

Núcleo urbano de apoio à mineração de cobre, reserva limitada à exploração por 20 anos. Concorrência entre convidados, para confronto de conceitos, e procedimentos de projeto, etapas, produtos, prazos e preços. Recebemos apenas o mapa da planície chapada e infra-estrutura projetada industrial, sem curvas de nível, com uma relação de empregos classificados por renda e função. Os estudos para caracterização dos fundamentos sociais e econômicos das atividades de implantação e posterior operação urbana, pela equipe, duraram um ano, tempo em que a cidade foi sendo imaginada e



Discussão dos diagramas e implantação

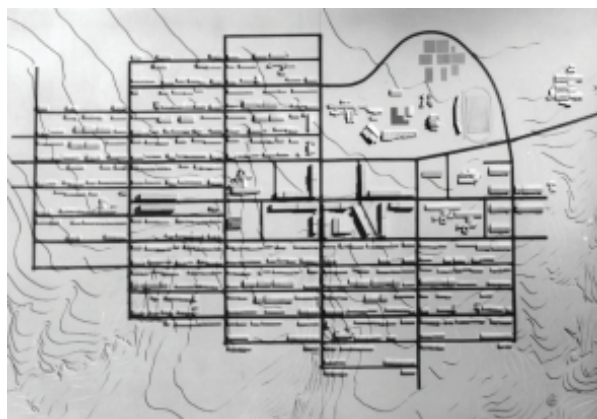
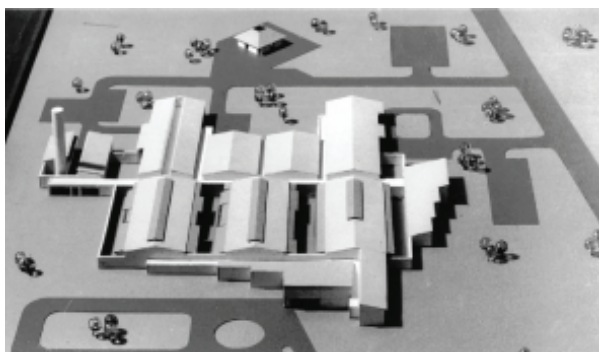


Diagrama da cidade aberta de empresa

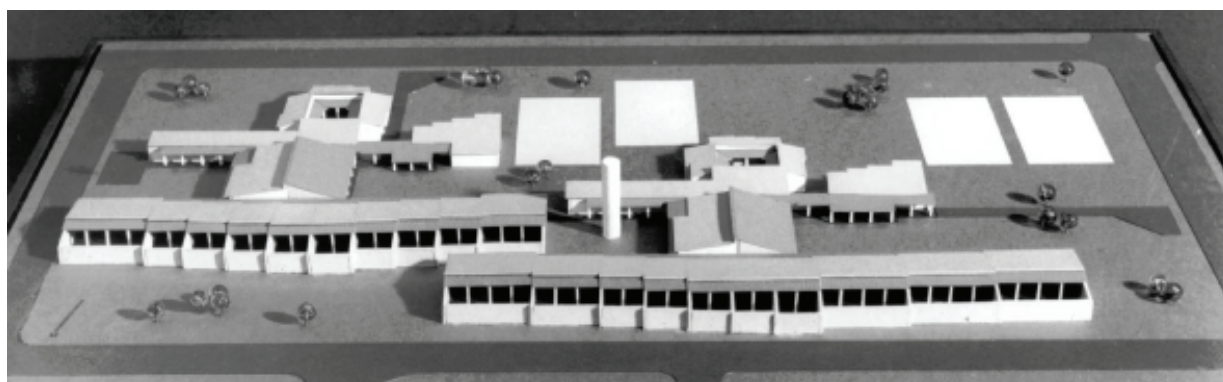


Maquete do hospital – Volumetria sobre diagramas



Planta do hospital – Diagrama para organização das atividades – Separações de áreas limpas, infectadas e expansão

conceituada: localização, critérios construtivos, infra-estrutura, clima, habitação, conforto ambiental, níveis de oferta de serviços e emergência da forma urbana. Trabalhamos uma pirâmide social etária dinâmica de 15.000 a 20.000 habitantes, sobre malha compacta, para mínimo deslocamento na região semi-árida e quente, com centro denso para solteiros não-confinados e dispersos entre 20% das famílias que o preferissem. O sistema urbano constituído por agregação modular livre-monitorada, sobre uma trama-conceito básica, com reserva de área para população não-empregada, de livre acesso, dimensionada em 10% da população total. Para informações maiores sobre o processo de invenção da forma no Projeto Caraíba, há a tese de livre-docência, *Um projeto e seus caminhos*, de 1982, que descreve conceitos e procedimentos. Encontra-se nas bibliotecas da FAUUSP, CPG.



Escolas de 1ª e 2ª graus

Créditos: Fotos de José Moscardi, arquivo do autor



Vista aérea



Apartamentos centrais – Solteiros dispersos em 20% das famílias

3 – Projeto Bicocca, em Milão, Itália, 1987 para Parque Integrado de Tecnologia Avançada

Projeto: Joaquim Guedes

Convidados especiais: Lina Bardi, Roberto Sambonet

Colaboração: M. Ré, M. Tanaka, B. Padovano, H. Vigliecca e equipe

Concurso internacional, fechado, para um projeto urbano e arquitetônico destinado a um centro tecnológico integrado, em área de 80 ha, promovido pela província da Lombardia, prefeitura de Milão e Pirelli SpA.

A Bicocca era uma imensa área industrial e histórica a 5 km do centro de Milão, pertencente à Pirelli, murada, obsoleta, abandonada e degradada. O aproveitamento era muito baixo: 0,4%. Seu desenvolvimento para padrões de utilização mais altos e compatíveis com as possibilidades, mercados e atividades atuais, era politicamente difícil. A prefeitura e a região da Lombardia não permitiam modificar os antigos pactos urbanos de um bairro histórico. Era preciso partir do zero, refuncionalizar e requalificar implantando novos usos, ocupações e aproveitamentos adequados. Não apenas era preciso inventar sistemas de espaços para novas funções urbanas, mas pensar a operação urbana e as possíveis maneiras de atuar dos diversos agentes. Era preciso negociar com o poder público e repactuar direitos com a sociedade milanese oferecendo, em contrapartidas aceitáveis, como um grande parque e áreas verdes que faltavam a Milão, limitação da ocupação a 20%, com acessibilidade e fluxos eficientes, aproveitamento das potencialidades e desenho. Pediam-nos projeto para um núcleo especializado em tudo o que se referisse à pesquisa, produção e comercialização de tecnologia de ponta, ambicioso e sofisticado.

Pesquisamos novos padrões de área verde, de rua; diversificados edifícios teriam a altura de 20 ou mais andares. A maioria dos arquitetos que participaram do concurso detalhou programas e projetos de edifícios fixos como se fossem pedidos de um empresário conhecido. Até hoje penso que nossa colocação foi muito avançada e a única possível. Não se pode fazer projetos de edificações detalhadas quando se sabe tão pouco sobre as futuras atividades, inter-relações e dependências, características organizacionais, natureza dos fluxos ou natureza e trânsito de informações. É preciso desenho aberto à contribuição de todos os agentes, à medida que se implanta.

Foi então que me pareceu importante identificar os pontos fixos do projeto: os limites da gleba, os investimentos em infra-estrutura, como a grande rodovia transeuropéia (Madri-Constantinopla) ao sul, futuro metrô e estrada de ferro a leste, a limitação aérea pelo aeroporto militar vizinho a 17 pavimentos, os edifícios e ambientes de preservação obrigatória, muitos originários da proto-implantação industrial de Milão, verdadeiras relíquias, e, a partir daí, criar um projeto isonômico de máxima liberdade. Em virtude da baixa altura dos edifícios milaneses, sabíamos que a prefeitura de Milão não veria com bons olhos propostas de densidade e edifícios excessivamente elevados. Estudamos e adotamos um aproveitamento de 2.400.000 m²/80 ha e uma densidade global média bruta de 240.000 a 300.000 pessoas, ou 3.000 ocupantes diários/ha, incluídas grandes áreas esportivas existentes mantidas. Era já uma revolução,

bem acima do que esperavam. Estabelecemos uma altura média em torno de 12 pavimentos. Dentro desse volume edificado eram equacionadas e liberadas todas as permutas, a fim de otimizar o empreendimento e levá-lo ao sucesso, inclusive para a localização pontual dos usos do solo finais, características arquitetônicas e densidades, com decisiva participação dos empresários imobiliários e seus arquitetos, que representam e respondem ao imenso mercado de usuários potenciais.

Para a comunicação do projeto estabelecemos:

1 – **Notas para uma teoria da operação urbana.** Objetivo: encontrar as conseqüências, diretrizes e medidas operacionais para transferência da área de 80 ha a milhares de novos usuários especiais ou especializados e seu séquito de apoio, indefinível no momento do projeto, a serem construídos em 20 anos ou mais, por etapas, em suas relações dinâmicas com a cidade, sob economia de mercado.

2 – **Notas para uma teoria do planejamento da área.** Objetivo: delimitação dos diversos problemas relacionados com o sistema viário intra-área e extra-área, acessibilidade, transportes, pedestres, estacionamentos, áreas verdes, índice de ocupação e aproveitamentos negociáveis, zoneamento evolutivo, conceitos relacionando o projeto a Milão e sua história.

3 – **Notas para uma teoria do projeto.** Objetivo: permitir o desenvolvimento ao mesmo tempo organizado, ordenado e livre das arquiteturas, com a máxima participação possível dos usuários. Não desenhamos massas, volumes edificados, mas uma malha tridimensional de apoio à dinâmica dos agentes, traduzida em algumas imagens possíveis por computador Matra 1986, raro, na ocasião, em São Paulo. Realizamos diversas simulações para demonstrar estar fora de alcance discutir, definir ou desenhar os perfis da superestrutura do projeto, que seria privilégio e responsabilidade conjunta dos promotores imobiliários, arquitetos e universos de clientes dotados de desejos, projetos e capacidades próprias para realizá-los.

Digo sempre, com muita ênfase, que as cidades são arquiteturas; também costume dizer, e venho insistindo nisso por razões pedagógicas, que arquitetura são conjuntos de objetos urbanos habitáveis e, portanto, cidade. Não há cidade ou sociedade urbana sem arquitetura. Não há conceitos urbanos, se eles não são tornados corpo pela edificação. No início, tudo são arquitetura e matéria, a engendrarem, em seu processo, a vida social.

Isso não significa desconsideração dos trabalhos relativos ao sistema viário, transporte, comunicações e energia, à infra-estrutura sociocultural em seus aspectos de organização material e imaterial, à água e esgoto, ao abastecimento, administração e finanças. Não penso que se possa interpretar o que estou escrevendo como algo desinteressado do problema global da cidade; para mim é evidente que pensar arquitetura é pensar construções e edificações destinadas a atender a necessidades urbanas, do homem urbano, das pessoas, e isso impõe a discussão imediata de todas as implicações, exigências e conseqüências de sua efetivação, pensar o todo, por meio da coordenação das tecnicidades, que existem como infra-estrutura de apoio, para que a arquitetura possa cumprir plenamente seu destino de atender aos desejos e necessidades das pessoas.

Não considero nada adequado impor índices e gabaritos ao processo urbano, o que acontece freqüentemente. O processo será impulsionado e orientado pela discussão cotidiana sobre o território e sua infra-estrutura histórica, liberando e apoiando, sob consensos, a emergência de atividades e de cada edificação. Expressando melhor, a cidade começa quando pessoas decidem morar no mesmo lugar; surgem necessidades práticas e necessidades de construir, produzindo espaços e significados novos de natureza social e política. Se construir é preciso, para abrigar, construir como, onde, por que, com quais recursos, quem paga, a quem serve e de que maneira? A construção traz consigo essas perguntas e não existe dissociada das respostas.

Foram premiados Gregotti, Gabetti e Isola, e Gino Valle. Quando visitamos o terreno, três meses antes da entrega, o projeto de Gregotti estava pronto e embalado, com 48 pranchas. Ele deveria ganhar. O concurso foi antes uma tomada de opinião internacional para lhe dar respaldo. Nenhum estrangeiro premiado. Convidados: Gae Aulenti, Carlo Aymonimo, Mario Botta, Henri Ciriani, Giancarlo De Carlo, Gabetti e Isola, Frank O. Gehry, Gregotti Associati, Joaquim Guedes, Herman Hertzberger, Richard Méier, Rafael Moneo, Gustav Peichl, Renzo Piano, Aldo Rossi, Justo Solsona, O. Mathias Ungers e Gino Valle, tendo abandonado o concurso os arquitetos James Stirling e Tadao Ando.

Soubemos pouca coisa na ocasião. Ouvi de Solsona, em Buenos Aires, que Manfredo Tafuri, membro do júri, teria perguntado: “Mas, por que convidaram Joaquim Guedes?” Ora, se nenhum estrangeiro foi premiado, por que a pergunta? Recentemente, quando da visita do professor Bernardo Secchi a São Paulo, organizador do concurso e presidente do júri, em encontro inesperado, por ocasião de conferência e debates na VI Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, surpreso ao reconhecer-me, referiu-se à relação entre minha pergunta e meu projeto para a Bicocca, do qual se “lembrava perfeitamente”, “... chiarissimo...” – o que eu não imaginava possível, após 18 anos. E contou-me, depois de um momento de silêncio e hesitação, literalmente, que, em seu “relatório de presidente do júri”, havia escrito que o Pólo Tecnológico Bicocca deveria ser construído com os projetos de Gregotti e de Joaquim Guedes. Gregotti não concordou e pediu para excluir o trecho o qual nos mencionava porque lhe poderia trazer problemas. Não fiz perguntas. Essa história ouvi em almoço, no MAM do Ibirapuera, com Paola Viganó, Secchi e relato-a agora. Voltando a São Paulo, trouxe-me seu último livro com uma dedicatória alusiva. Entendi que a pergunta de Tafuri só poderia ter tido, ao contrário, um sentido simpático de indignação.

Hoje, há um certo entendimento do que seja “desenhar o chão”, a quatro dimensões: x, y, z e t, que não saem da cabeça de ninguém. Nós participamos – artistas da “arte de construir” – de um processo de derivadas sociais e econômicas da função tempo.

Ao ler, agora, após esse encontro, pela primeira vez, o livro de Bernardo Secchi, organizador, Projeto Bicocca, Milano, Electa, 1987, vejo-me com destaque desconhecido, em textos do próprio Secchi, de Ugo Ischia, de Cristina Biachetti e Francesco Infussi, nos melhores momentos críticos do relatório, e nele vejo a expressão, “desenho do chão”, que não me havia ocorrido. Provavelmente, é do próprio Secchi e usada por Ischia.



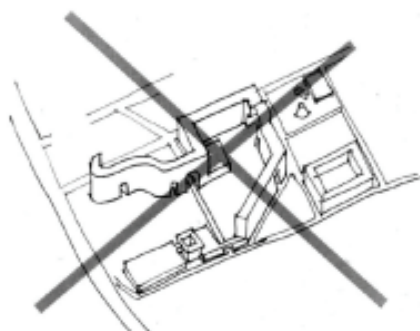
Vista aérea da área
Crédito: Foto do arquivo do autor



"Il 'Progetto Birosca' si inserisce in uno scenario futuro di Milano che, in linea con quanto è avvenuto o avverrà in molte altre grandi città europee, prospetta rilevanti cambiamenti di destinazione e di uso del territorio.

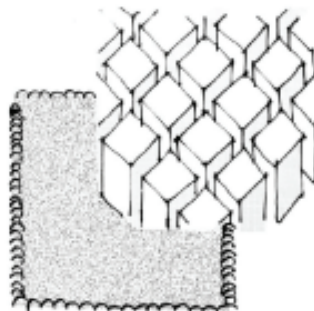
Área selecionada, excluída a área esportiva. Observa-se as reservas sobre a infra-estrutura histórica
Crédito: Foto do arquivo do autor

pós-
043



A

A – Crítica às megaestruturas em moda

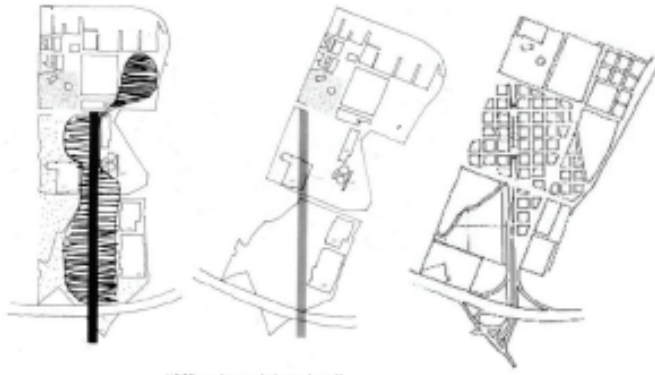


B

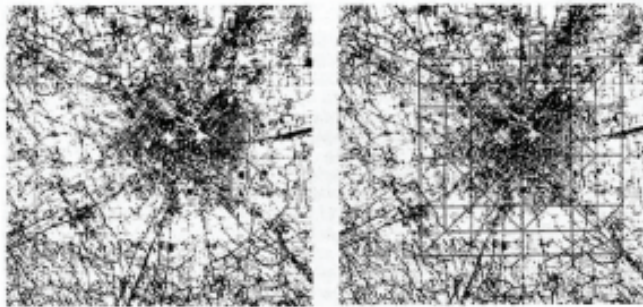
B – Conceito: Milão desejava áreas verdes. Área ocupada de projetos, concentrada



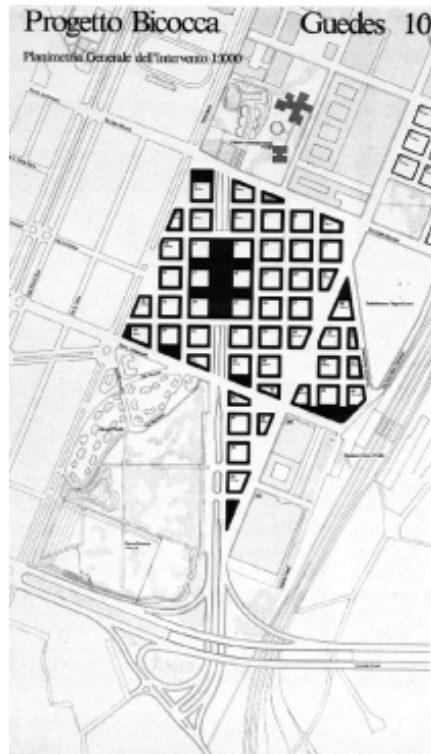
Integração do pólo a Milão, mostrando a ligação Grona Nord, Madri – Constantinopla



“Milano è una città quadrata”
Roberto Sambonet



Análise da área; à direita, a solução. Roberto Sambonet trouxe estudos:
“desenvolvi que Milano è una città quadrate”

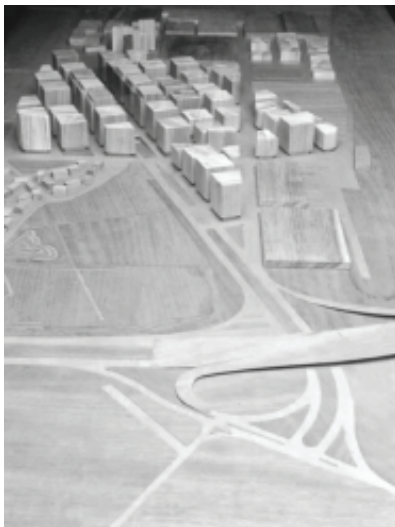
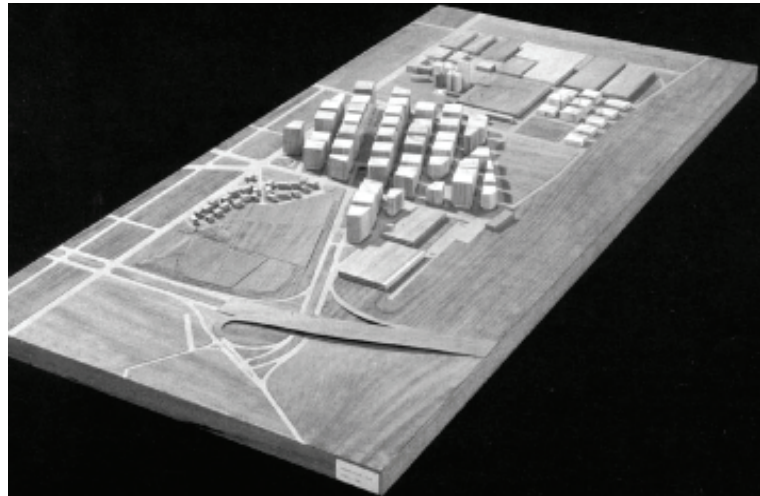


Planta geral – Circulação abrigava praças

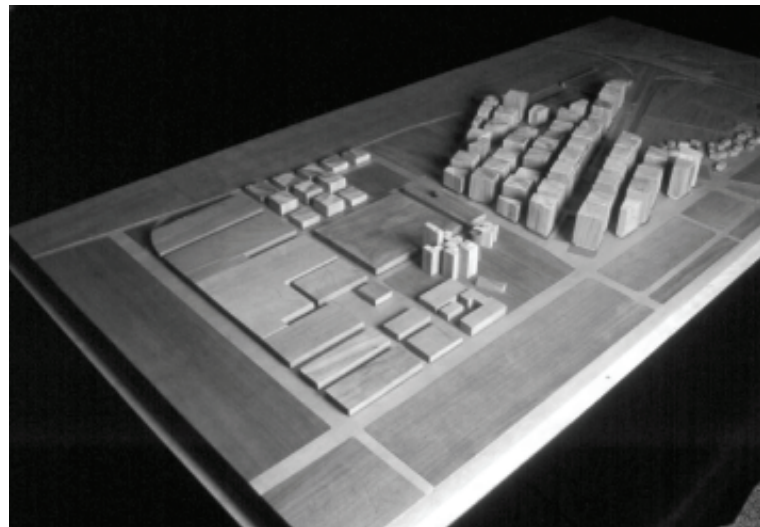


Isometria

Maquete, a partir do entroncamento com a Madri – Constantinopla



Maquete de Gronda Nord



Maquete – vista dos edifícios-sede da Pirelli



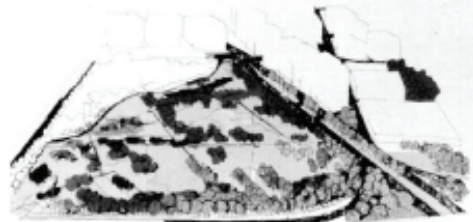
Maquete



Inserção na estrutura urbana



Inserção no setor urbano

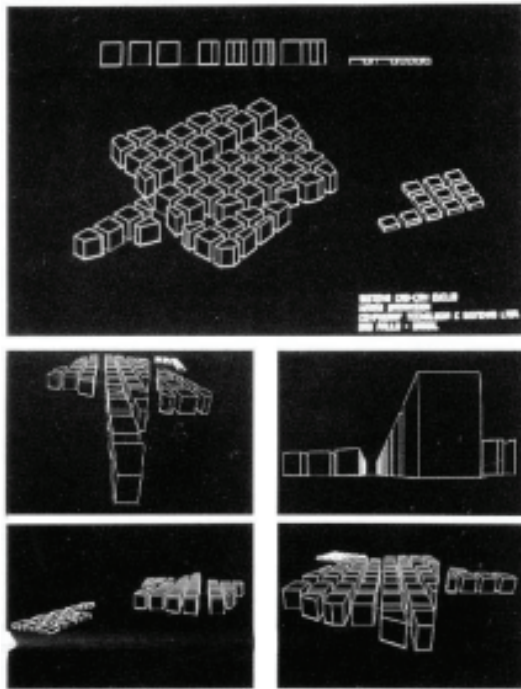


Diretrizes para a área aberta à entrada; o novo traçado sobre o traçado histórico



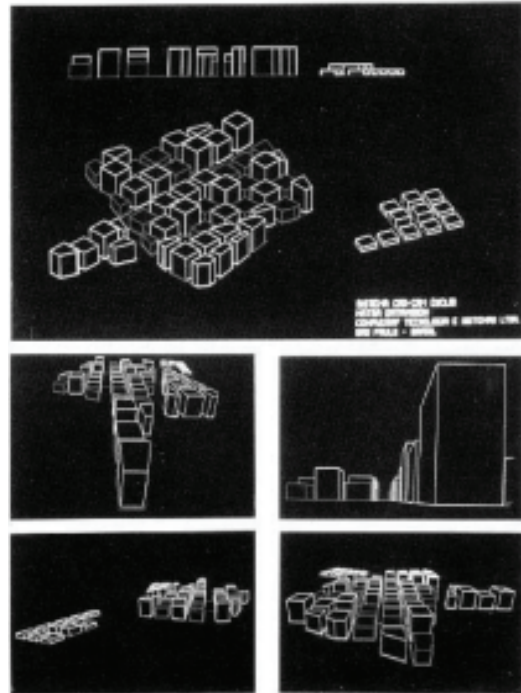
Uma interpretação de Sambonet

Variante dello Sviluppo A



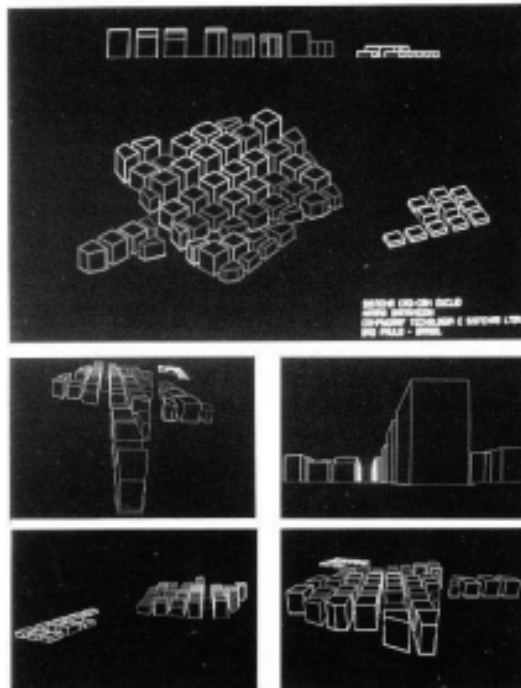
Modelos explicatórios, sob hipóteses para desqualificação da importância do modelo

Variante dello Sviluppo B



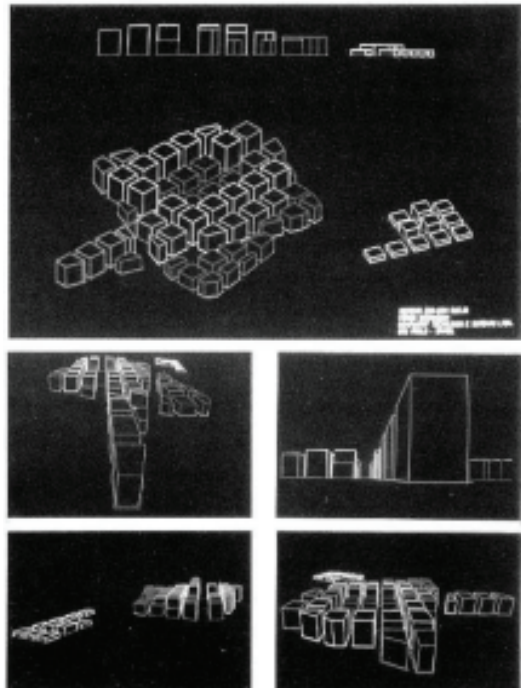
Muitos arquitetos pensam que a qualidade urbana sai de volumetria, da cabeça do arquiteto: seu trabalho atende ao jogo dos desejos, necessidades das pessoas/agentes

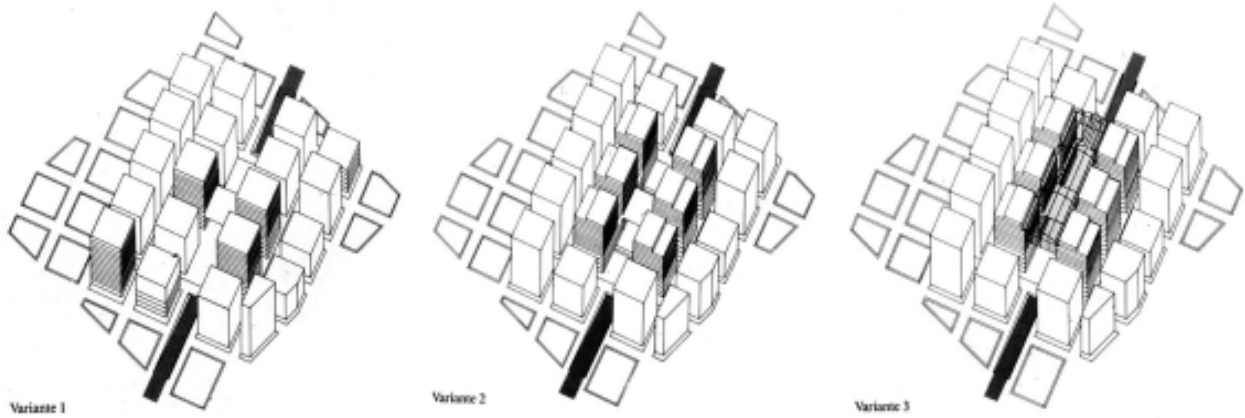
Variante dello Sviluppo C



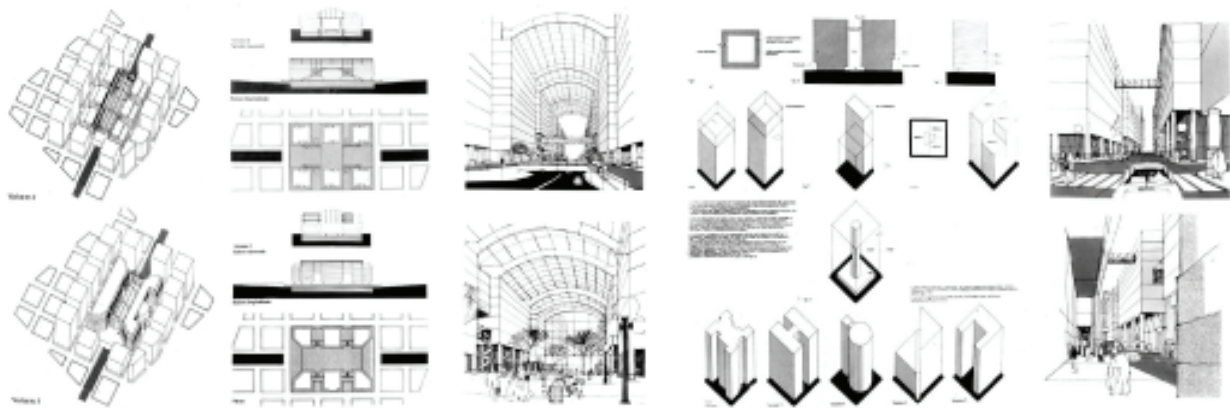
Hipóteses de crescimento das edificações

Variante dello Sviluppo D





Volumetrias – Alternativas possíveis do solo

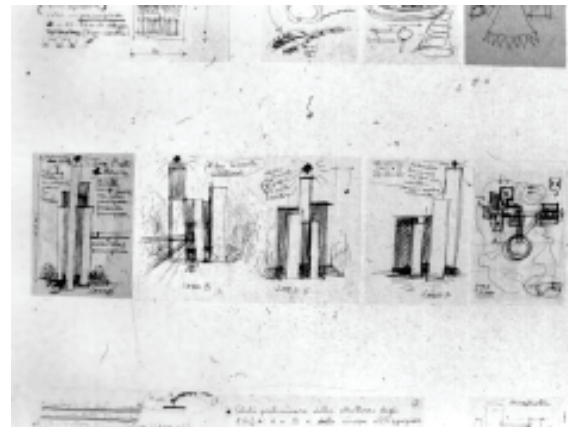


Metáfora – Alternativa do centro social e comercial

Discussão sobre liberação dos esquemas das soluções convencionais



Desenhos de Lina Bardi para sede da Pirelli



Ao chegar ao seminário Cidades Dispersas, organizado pelo professor Nestor Goulart Reis, em março de 2006, na FAUUSP, cruzei, na entrada com o professor Nuno Portas, que me disse: “o Secchi está falando sobre o que tu fizeste na Bicocca, o desenho do chão, como mencionado em seu último livro, recém-publicado aqui.” Ficou mais claro para mim e confirmara o que dissera anteriormente, quando, convidado, participei do concurso para o projeto do Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Membro do júri, teria pensado que o projeto de Byrne seria o meu, por lembrá-lo do “desenho do chão”.

BIBLIOGRAFIA

- ARGAN, Giulio Carlo. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CHARDIN, Pierre Teilhard de. *Le phénomène humain*. Paris: Editions du Seuil, 1955.
- EISEMAN, Peter. *Diagram diaries*. Nova York: Universe Publishing, 1999.
- GUEDES, Joaquim. *Considerações sobre planejamento urbano, a propósito do Plano de Ação Imediata de Porto Velho*. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- _____. *Um projeto e seus caminhos*. 1981. 293f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- HERZOG, Thomas. *Bausysteme von construction systems by sistemi costruttivi di Angelo Mangiarotti*. Darmstadt: Verlag Das Beispiel, 1998.
- HOLANDA, Frederico de. *Arquitetura & urbanidade*. São Paulo: ProEditores, 2003.
- MALDONADO, Tomás. *Ambiente humano e ideologia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1972.
- MANGIAROTTI, Angelo et al. *In nome dell'architettura*. Milão: Jaca Book, 1987.
- NARDI, Giulio. *Angelo Mangiarotti: Studio di una struttura*. Dogana: Maggioli Editore, 1997.
- REALE, Miguel. A ecologia e seus riscos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 jun. 2001. Espaço Aberto, p. 2.
- REED, Peter. *Alvar Aalto: Between humanism and materialism*. Nova York: The Museum of Modern Art, 1998.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- VALÉRY, Paul. *Eupalinos e o arquiteto*. São Paulo: Editora 34, 1999.

Joaquim Manoel Guedes Sobrinho

Professor titular de Planejamento e Projetos Urbanos, diretor pedagógico da Escola de Arquitetura de Estrasburgo, membro do Instituto de Arquitetos do Brasil e atual 1º vice-presidente do Departamento de São Paulo e da União Internacional de Arquitetos.
e-mail: jmguedes@usp.br